



AG

**ANDRADE
GUTIERREZ**

CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS

2022

Demonstrações Financeiras Consolidadas
para o exercício findo em 31 de dezembro

AG Construções e Serviços S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

CONTEÚDO

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração de Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Marcio Magno
Diretor Centro de Gestão
marcio.magno@agnet.com.br

Leandro Gonçalves
Gerente de Contabilidade
leandro.goncalves@agnet.com.br

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	2
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	15
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	16
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	17
7. ESTOQUES	18
8. IMPOSTOS A RECUPERAR	18
9. ADIANTAMENTOS DIVERSOS	18
10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS	19
11. IMOBILIZADO.....	20
12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	22
13. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	22
14. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS	24
15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	24
16. PARTES RELACIONADAS.....	26
17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	27
18. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	27
19. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	28
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
21. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS	31
22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	33
23. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	34
24. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	34
25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	35
26. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	35
27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA.....	39
28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	39

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
AG Construções e Serviços S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AG Construções e Serviços S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AG Construções e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalvas

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui saldos de ativos, representados por recebíveis originários de projetos já executados, no valor de R\$59.913 mil (R\$39.543 mil líquido dos efeitos tributários). Para esse saldo não existe expectativa de realização desde exercícios anteriores. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2022, o total do ativo está apresentado a maior em R\$59.913 mil e rubrica do patrimônio líquido está apresentada a maior em R\$39.543 mil, líquido dos efeitos tributários

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia mantém operações financeiras relevantes com partes relacionadas, onde parte substancial das operações são representadas por mútuos e notas de débito. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2023.



Luiz Claudio Fontes
Contador CRC – 1RJ-032.470/O-9-T-SP



Leonardo Coelho de Almeida Mendes
Contador CRC – MG 94.028/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.244	8.968	5.293	9.020
Títulos e valores mobiliários	5	18.542	-	18.542	-
Contas a receber de clientes	6	412.702	466.149	412.702	466.149
Créditos com partes relacionadas	16	101.761	65.143	101.761	65.143
Estoques	7	2.811	5.116	2.812	5.511
Despesas antecipadas		556	1.223	557	1.223
Impostos a recuperar	8	5.708	5.887	7.401	7.592
Adiantamentos diversos	9	2.913	1.736	3.308	1.737
Total do ativo circulante		550.237	554.222	552.376	556.375
Não circulante					
Ativo realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	59.913	59.913	59.913	59.913
Créditos com partes relacionadas	16	4.079	1.216	42.592	37.017
Tributos sobre o lucro	19	21.090	2.569	21.115	2.594
Outros ativos realizáveis a longo prazo		3.420	1.837	2.481	902
Total do realizável a longo prazo		88.502	65.535	126.101	100.426
Investimentos	10	36.683	37.139	147	150
Propriedades para investimento	12	71.000	71.000	71.000	71.000
Imobilizado	11	3.875	8.595	3.875	8.595
Intangível		-	1	-	1
Direitos de uso de arrendamentos	13	2.888	1.138	2.888	1.138
Total do ativo não circulante		202.948	183.408	204.011	181.310
Total do ativo		753.185	737.630	756.387	737.685
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e subempreiteiros	14	23.981	45.915	24.043	45.919
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	14	650	118	650	118
Empréstimos e financiamentos	15	-	366	-	366
Passivos de arrendamentos	13	826	1.146	826	1.146
Débitos com partes relacionadas	16	133.381	116.110	133.381	116.110
Adiantamentos de clientes		160.897	133.222	160.896	133.222
Salários, provisões e obrigações sociais		6.428	8.077	6.428	8.077
Impostos e contribuições a recolher	17	11.973	7.103	12.653	7.154
Outros passivos circulantes		8.703	3.455	8.767	3.455
Total do passivo circulante		346.839	315.512	347.644	315.567
Não circulante					
Passivos de arrendamentos	13	1.990	-	1.990	-
Impostos e contribuições a recolher	17	25.508	7.257	27.905	7.257
Provisões para risco	18	6.852	4.479	6.852	4.479
Total do passivo não circulante		34.350	11.736	36.747	11.736
Total do passivo		381.189	327.248	384.391	327.303
Patrimônio líquido					
Capital social	20	142.379	142.379	142.379	142.379
Resultados acumulados		229.617	268.003	229.617	268.003
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas		371.996	410.382	371.996	410.382
Total do patrimônio líquido		371.996	410.382	371.996	410.382
Total do passivo e patrimônio líquido		753.185	737.630	756.387	737.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AG Construções e Serviços S.A.
Demonstração do Resultado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (expressos em R\$ mil)



CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de serviços prestados e vendas	21	176.572	152.431	176.572	167.020
Custos dos serviços prestados e das vendas	22	(169.321)	(184.078)	(169.321)	(195.180)
Lucro (Prejuízo) bruto		7.251	(31.647)	7.251	(28.160)
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(29.683)	(1.737)	(29.821)	(2.339)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(1.938)	7.125	(3)	-
Reversões de (provisões para) perdas e riscos, líquido		(2.373)	(1.894)	(2.373)	(1.894)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido		1.801	1.161	1.801	1.117
		(32.193)	4.655	(30.396)	(3.116)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(24.942)	(26.992)	(23.145)	(31.276)
Resultado financeiro, líquido	23	(31.965)	18.525	(33.762)	22.139
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(56.907)	(8.467)	(56.907)	(9.137)
Tributos sobre o lucro					
Corrente	19	-	(189)	-	481
Diferido		18.521	5.239	18.521	5.239
		18.521	5.050	18.521	5.720
Resultado líquido		(38.386)	(3.417)	(38.386)	(3.417)
Resultado líquido atribuído aos acionistas controladores		(38.386)	(3.417)	(38.386)	(3.417)
Resultado básico e diluído por ação atribuído aos acionistas					
Ação ordinária - em R\$	24	(0,0661)	0,1402	(0,0661)	0,1402

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado líquido do exercício	(38.386)	(3.417)	(38.386)	(3.417)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(38.386)	(3.417)	(38.386)	(3.417)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Reserva legal	Resultados acumulados		Total
			Retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.300	860	-	187.167	192.327
Aumento de capital	138.079	-	-	-	138.079
Reversão dividendos mínimos obrigatórios	-	-	83.393	-	83.393
Contituição da Reserva Legal	-	-	-	(3.417)	(3.417)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	142.379	860	83.393	183.750	410.382
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(38.386)	(38.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	142.379	860	83.393	145.364	371.996

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro (expressos em R\$ mil)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Resultado líquido do exercício		(38.386)	(3.417)	(38.386)	(3.417)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	11 - 13	5.194	3.899	5.194	3.899
(Ganho) perda na alienação de imobilizado		2.738	7.510	2.738	7.510
Baixas Direito de Uso e Arrendamento		148	(787)	148	(787)
Juros de arrendamento/ empréstimos e variações cambiais líquidas		23.026	(24.273)	24.208	(25.524)
Equivalência patrimonial	10	1.938	(7.125)	3	-
Constituição de provisão para riscos, líquidas	18	2.373	1.894	2.373	1.894
Valor justo de ativos financeiros		-	127	-	127
Tributos sobre o lucro	19	(18.521)	(5.050)	(473)	(5.720)
		(21.490)	(27.222)	(4.195)	(22.018)
(Aumento) redução dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		30.505	32.529	29.323	46.833
Adiantamentos diversos		(1.177)	1.602	(1.571)	1.602
Estoques		2.305	2.528	2.699	2.528
Impostos a recuperar		179	11.578	(17.857)	18.244
Despesas Antecipadas		667	(872)	666	(872)
Outros ativos		(1.583)	(451)	(1.579)	(451)
		30.896	46.914	11.681	67.884
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Fornecedores e subempreiteiros		(21.402)	(8.643)	(21.344)	(9.096)
Adiantamentos de clientes		27.675	24.564	27.674	24.564
Salários, provisões e obrigações sociais		(1.649)	(10.384)	(1.649)	(10.384)
Impostos e contribuições a recolher		23.121	(7.482)	26.147	(7.196)
Outros passivos		5.248	3.090	5.312	3.090
		32.993	1.145	36.140	978
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		42.399	20.837	43.626	46.844
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Baixa de Investimento	10	-	3.195	-	-
Títulos Valores Mobiliários	5	(18.542)	-	(18.542)	-
Aquisições de Investimento/Aumento de capital em investidas	10	(1.482)	-	-	466
Aquisição/Recebimento na venda do ativo imobilizado, intangível e direito de uso	11 - 13	(2.411)	(7.003)	(2.411)	(7.003)
Recebimento de empresas ligadas, líquido	16	(22.210)	(8.545)	(24.922)	(31.821)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(44.645)	(12.353)	(45.875)	(38.358)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Redução de Capital	10	-	(3.195)	-	(3.195)
Captações	15	-	1.727	-	1.727
Pagamento de principal das obrigações de financiamentos	15	(351)	(2.837)	(351)	(2.837)
Pagamento de juros de arrendamentos	13	(81)	(11)	(81)	(11)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	15	(18)	(62)	(18)	(62)
Pagamento principal de passivos de arrendamentos	13	(1.028)	(946)	(1.028)	(946)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(1.478)	(5.324)	(1.478)	(5.324)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(3.724)	3.160	(3.727)	3.162
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.968	5.808	9.020	5.858
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.244	8.968	5.293	9.020
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(3.724)	3.160	(3.727)	3.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A AG Construções e Serviços S.A. (“Companhia”) é uma Companhia anônima de capital fechado, sediada em Belo Horizonte/MG com filiais em São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ e é controlada pela Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (“AGE”). A Companhia atua em três segmentos principais:

Serviços de construção civil Privado:

- Construção de lotes de linhas de transmissão de energia nos estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Piauí e Pará;
- Usina termelétrica do Porto de Açú – contrato de engenharia, suprimento e construção da planta termelétrica localizada em São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro;
- Obras civis da usina de beneficiamento – Salobo III;
- Reconstrução do distrito de Paracatú de Baixo, na região de Mariana;
- Barramento do Rio Pequeno, em Linhares/ES;
- Implementação de usinas de geração solar fotovoltaica, no estado do Ceará, em Janaubá/MG, São José do Belmonte/PE,
- Obras de desenvolvimento em mina subterrânea Aripuanã/MT,
- Términas de Oléo e Gás em Barcarena/PA
- Contenção de Barragens em Nova Lima/MG
- Construção de Ramal Ferroviário em Cubatão/SP.

Serviços de construção Público:

- A Companhia realizou reorganizações societárias no exercício de 2022, com o objetivo de atuar nos próximos exercícios na execução de obras com clientes públicos.

Exportações:

- Exportação de bens e materiais, que consistem na revenda de bens nacionais para clientes e projetos do Grupo Andrade Gutierrez (“Grupo AG”) no exterior, principalmente na América Latina e África.

A Companhia detém o controle acionário da AGComex Comercial Exportadora Ltda (“AGCOMEX”). A aquisição do controle acionário foi realizada entre empresas do grupo e visa dar continuidade à estratégia de promoção de sinergia nos negócios de exportação.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa futuro da Companhia e, caso necessário com o suporte do Grupo AG.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Os instrumentos financeiros são mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo, no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (“R\$”). Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares, exceto quando indicado de outra forma).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas diferentes da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamento por parte da administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. Essas estimativas são baseadas na inferência e conhecimento da administração, informações disponíveis na data do balanço e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis sob circunstâncias normais. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão dessas estimativas. Os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas em diante, sem efeito em períodos anteriores.

As informações sobre os principais julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir.

2.4.1. Orçamento contratual

Os orçamentos dos custos e receitas para os contratos de construção são realizados por especialistas de engenharia desde a elaboração dos projetos até a sua realização total, com acompanhamento constante dos eventos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, que possam afetar diretamente o orçamento de cada empreendimento. Os orçamentos dos custos são elaborados considerando as obrigações de desempenho contidas em cada projeto e são revisados, no mínimo, anualmente e refletem a melhor estimativa da Administração da Companhia do que seriam os custos necessários a serem incorridos na execução de seus projetos.

2.4.2. Determinação da vida útil e depreciação – ativos imobilizados

A determinação da vida útil de itens do ativo imobilizado é feita com base em informações históricas e na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A Companhia conta com uma área composta por profissionais especialistas que aplicam premissas, estimativas e julgamentos para concluir sobre a vida útil de itens do ativo imobilizado. Estas estimativas são revistas, no mínimo, anualmente e sempre que há alteração na estimativa de vida útil de determinado bem, os impactos são reconhecidos no exercício em que houver tal alteração, sem impactos retrospectivos. As estimativas utilizadas para determinação da vida útil podem impactar a determinação do valor depreciável dos ativos e a respectiva curva de depreciação ao longo dos exercícios.

2.4.3. Determinação da provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) – ativo imobilizado

Conforme detalhado na nota explicativa nº 11.5, a Companhia realiza periodicamente a revisão do valor recuperável de seus equipamentos pesados e veículos, através da contratação de empresa independente e especializada neste tipo de avaliação. Para a determinação da provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos imobilizados, a empresa avaliadora se utiliza de premissas, julgamentos e estimativas que podem influenciar a definição do valor recuperável dos ativos. As abordagens utilizadas para este trabalho de avaliação estão melhor detalhadas na nota explicativa nº 11.5.

2.4.4. Avaliação de valor justo das propriedades para investimento

A Companhia reconhece suas propriedades para investimentos por seus respectivos valores justos. Esta avaliação é feita por empresa especializada independente que pode usar de julgamentos e estimativas para a determinação do valor justo das propriedades.

Detalhes sobre os métodos de avaliação utilizados para determinação do valor justo das propriedades para investimento estão demonstrados na nota explicativa nº 10.3.

2.4.5. Provisões para contingências

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de profissionais capacitados para avaliar, de acordo com a natureza de cada passivo a ser provisionado, o esforço financeiro a ser requerido para liquidar uma obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à tais passivos. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 18.3.

2.4.6. Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e em atendimento às determinações do CPC 32. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ou reconhecido na proporção da probabilidade de que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis e possam ser utilizados. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como as estimativas dos lucros tributáveis futuros, com base em estudos e projeções internas.

2.5. Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis usadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas, com exceção dos itens específicos apresentados abaixo. As referidas políticas contábeis têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.5.1. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia se dão, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou

Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Passivos financeiros

Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou

Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Companhia pode reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

2.5.2. Participação em consórcios

Os consórcios são constituídas por duas ou mais entidades para a execução de projetos de engenharia. Os consórcios são caracterizados como empreendimentos controlados em conjunto, uma vez que as empresas participantes detêm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos de acordo com seu percentual de participação no empreendimento. As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha nas contas de balanço e demonstração do resultado da Companhia, respeitando seu percentual de participação em cada um dos empreendimentos.

2.5.3. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são os seguintes:

2.6.1. Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis vigentes

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2022 que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia:

Norma	Descrição da alteração
CPC 27 – Imobilizado	Prover orientação para a contabilização de transações que envolvem receita de itens antes do uso pretendido.
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
CPC 15 (R1) – Combinação de negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.6.2. Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

Norma	Descrição da alteração
CPC 50 – Contratos de seguros	Adoção inicial.
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover orientação sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

A partir de 31 de dezembro de 2022, os principais procedimentos de consolidação são os mesmos divulgados nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com a CPC 36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das investidas controladas pela Companhia, listadas abaixo:

Controladas	País	Atividade principal	Capital social (%)	
			31/12/2022	31/12/2021
Controladas diretas				
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	Brasil	Serviços de exportação	100	100
EXCELSA - Administração e Participação Ltda	Brasil	Serviços de exportação	99,94	99,94

Procedimentos

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das companhias controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Política contábil

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	356	989	405	1.041
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	4.888	7.979	4.888	7.979
	5.244	8.968	5.293	9.020

(a) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, referem-se substancialmente de depósitos a prazo. A composição das aplicações financeiras de liquidez imediata é assim apresentada:

Controladora e Consolidado

	Taxas médias ponderadas (a.a.)			
	31/12/2022		31/12/2021	
Moeda nacional				
Certificado de Depósito Bancário(CDB)	96,52% do CDI		1.130	-
Operações compromissadas	79,56% do CDI	60% do CDI	3.758	7.979
			4.888	7.979

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

5.1 Política contábil

O modelo de negócio da Companhia e de suas controladas, para os títulos e valores mobiliários caracteriza-se, essencialmente, pela intenção de manter os títulos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais destes instrumentos. Estes instrumentos possuem características de fluxos de caixa que representam unicamente o pagamento de principal mais juros. Considerando estas características e as diretrizes trazidas pelo CPC 48, a Companhia classifica estes títulos e valores mobiliários como ativos financeiros ao custo amortizado.

5.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Time deposit	18.542	-	18.542	-
	18.542	-	18.542	-

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

6.1. Política contábil

O saldo de contas a receber de clientes é decorrente de prestações de serviços de engenharia e vendas de mercadorias atreladas à construção de empreendimentos de infraestrutura. Conforme política contábil utilizada pela Companhia para o reconhecimento de receita nos contratos de construção (ver nota explicativa nº 21), esta rubrica contempla, além das faturas emitidas contra seus clientes, os saldos ativos decorrentes da aplicação da metodologia do POC (percentual de conclusão, em português). Quando a receita reconhecida neste método exceder o montante de faturas efetivamente emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida dentro do grupo de “contas a receber de clientes”.

6.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cientes faturados	366.239	466.149	366.239	466.149
Ativos de contrato - serviços a faturar (CPC 47) (a)	46.463	-	46.463	-
Contas a receber - via judicial (b)	59.913	59.913	59.913	59.913
Contas a receber, líquido	472.615	526.062	472.615	526.062
Circulante	412.702	466.149	412.702	466.149
Não circulante	59.913	59.913	59.913	59.913

(a) Refere-se aos saldos a receber dos consórcios, o qual é reconhecido proporcionalmente ao seu percentual de participação;

(b) Refere-se ao saldo a receber de clientes cujos saldos estão listados na Câmara de Créditos Recíprocos (CCR). O recebimento desses saldos está previsto para 2023.

A Administração da Companhia acredita que não incorrerá em perdas significativas sobre seus saldos de contas a receber.

6.3. Informações complementares sobre contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada direta AG Construções e Serviços S.A. possui valores a receber em aberto registrados, no montante de R\$59.913 (R\$59.913, em 31 de dezembro de 2021), para os quais não foi possível, até a emissão destas demonstrações financeiras, estimar quando esses recebíveis serão liquidados.

Dadas as características e natureza desse recebível, não é possível estimar como e quando esse valor será recebido. A Companhia acredita que não haverá perdas relevantes nas contas a receber de clientes.

6.4. Prazo de vencimento (*aging list*) dos recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	21.967	17.416	21.967	17.416
Vencido há mais de 30 dias	344.272	421.221	344.272	421.221
Vencido há mais de 30 dias - ação judicial	59.913	59.913	59.913	59.913
Ativos do contrato - CPC 47	46.463	27.512	46.463	27.512
	472.615	526.062	472.615	526.062

A exposição ao risco de crédito total da Companhia está demonstrada na nota explicativa nº 26.

7. ESTOQUES

7.1. Política contábil

O reconhecimento inicial dos estoques é feito pelo respectivo custo de aquisição, e sua mensuração posterior se dá pelo menor valor entre o custo médio das aquisições e o valor realizável líquido. Para subsidiar a análise de valor realizável líquido, a Companhia promove a realização de inventários físicos regularmente em suas unidades operacionais. Os saldos demonstrados nesta rubrica representam, essencialmente, materiais destinados a aplicação nas obras em andamento.

7.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Material de consumo e almoxarifado	2.818	5.116	2.819	5.511
(-) Redução ao valor realizável líquido	(7)	-	(7)	-
	2.811	5.116	2.812	5.511

A administração da Companhia espera aplicar ou consumir estes estoques em suas obras dentro de seu ciclo operacional normal. Não são esperadas perdas significativas em relação ao valor realizável líquido dos estoques para além daquelas já reconhecidas.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

8.1. Política contábil

São reconhecidos nesta rubrica os saldos de créditos tributários a recuperar que se originam, substancialmente, de antecipações de contribuição social recolhida a maior em exercícios anteriores e das retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras. A Companhia reconhece os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e o referido imposto é retido pela instituição financeira. Tais créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para abater eventuais saldos a recolher oriundos de suas operações.

8.2. Composição

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
INSS	671	909	671	909
IR/CS (a)	4.899	4.432	6.575	6.118
Outros	138	546	155	565
	5.708	5.887	7.401	7.592

(a) Valores a compensar relativos as antecipações de imposto de renda e contribuição social recolhidos a maior em exercícios anteriores.

9. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

No curso normal de suas atividades, a Companhia realiza adiantamentos diversos a fornecedores e subempreiteiros para execução de suas obras em andamento, bem como para seus funcionários, incluindo adiantamentos de férias, de despesas de viagem e outras.

A composição dos saldos de adiantamentos diversos, conciliada com os saldos do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores e subempreiteiros	2.510	1.672	2.905	1.672
Adiantamento a funcionários	403	64	403	65
	2.913	1.736	3.308	1.737

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

10.1. Política contábil

Para fins destas demonstrações financeiras individuais, as participações detidas pela Companhia em sua controlada, é reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia classifica uma investida como controlada quando possui o poder de influenciar, unilateralmente, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo o controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

Os detalhes da aplicação do critério de apresentação pelo líquido, conforme CPC 02 (R2), bem como a classificação das participações entre Investimento e Provisões para perdas em investimentos, podem ser consultados nas movimentações apresentadas abaixo.

10.2. Relação das investidas e principais informações

As investidas da Companhia, bem como o país de origem, ramo de atividade e percentual de participação, está demonstrado a seguir:

Companhias investidas	País	Atividade principal	Participação no capital social (%)		Patrimônio líquido		Lucro(prejuízo) líquido	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controladas								
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	Brasil	Serviço de Exportação	100	100	36.536	36.989	(1.935)	3.931
EXCELSA - Administração e Participação Ltda	Brasil	Investimentos Imobiliários	99,94	99,94	86	89	(3)	-
AMP Empreimentos Imobiliários	Brasil	Investimentos Imobiliários	100	100	61	61	-	-

10.3. Movimentação dos saldos de investimento

A movimentação da participação na investida da Companhia para 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada a seguir:

Controladora

	31/12/2021	Movimentação do exercício		31/12/2022	31/12/2022
	Patrimônio líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Resultado de Equity	Patrimônio líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos
Controladas					
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	36.989	1.482	(1.935)	36.536	36.536
EXCELSA - Administração e Participação Ltda	89	-	(3)	86	86
AMP Empreimentos Imobiliários	61	-	-	61	61
	37.139	1.482	(1.938)	36.683	36.683

	31/12/2020	Movimentação do exercício			31/12/2021	31/12/2021
	Patrimônio líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Distribuição de dividendos	Resultado de Equity	Patrimônio líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos
Controladas						
AGCOMEX Comercial Exportadora Ltda	33.526	466	(934)	3.931	36.989	36.989
EXCELSA - Administração e Participação Ltda	89	-	-	-	89	89
AMP Empreimentos Imobiliários	61	-	-	-	61	61
	33.676	466	(934)	3.931	37.139	37.139

Consolidado

	31/12/2021	Movimentação do exercício	31/12/2022	31/12/2022
	Patrimônio líquido das investidas	Resultado de Equity	Patrimônio líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos
Controladas				
EXCELSA - Administração e Participação Ltda	89	(3)	86	86
AMP Empreendimentos Imobiliários	61	-	61	61
	150	(3)	147	147

	31/12/2020	Movimentação do exercício	31/12/2021	31/12/2021
	Patrimônio líquido das investidas	Resultado de Equity	Patrimônio líquido das investidas	Saldo ativo de investimentos
Controladas				
EXCELSA - Administração e Participação Ltda	89	-	89	89
AMP Empreendimentos Imobiliários	61	-	61	61
	61	-	150	150

11. IMOBILIZADO

11.1. Política contábil

Reconhecimento e mensuração

A mensuração dos ativos imobilizados da Companhia é feita pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados com fins específico de construção de ativos, se houver, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são reavaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os custos dos ativos imobilizados contemplam os gastos que são diretamente atribuíveis aos esforços incorridos pela Companhia para colocar o ativo no local e em condição necessária para operar. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício em que houver a venda.

Depreciação

A depreciação das classes de equipamentos e veículos é computada pelo método de horas trabalhadas, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. Para as demais classes de ativo imobilizado, a depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis, gerando efeitos apenas no exercício em que tal ajuste é constatado.

11.2. Composição

Controladora e Consolidado

	Taxa média de depreciação (% a.a.)	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos	-	110	-	110	110	-	110
Imóveis de uso	7,10	7.042	(5.493)	1.549	6.857	(2.565)	4.292
Equipamentos e veículos	9,60	4.331	(2.767)	1.564	5.039	(1.734)	3.305
Móveis e utensílios	5,20	1.268	(882)	386	1.391	(448)	943
Imobilizado em andamento	-	244	-	244	25	-	25
Outros	0,20	125	(103)	22	23	(103)	(80)
		13.120	(9.245)	3.875	13.445	(4.850)	8.595

11.3. Movimentação

Controladora e Consolidado

	Saldo em 12/31/2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	3.851	-	-	-	(3.741)	110
Imovéis em uso	496	237	(766)	(2.928)	4.510	1.549
Equipamentos e veículos	3.358	723	(1.327)	(1.033)	(157)	1.564
Móveis e utensílios	(2.743)	460	(584)	(434)	3.687	386
Imobilizado em andamento	3.711	993	(59)	-	(4.401)	244
Outros	(78)	-	(2)	-	102	22
	8.595	2.413	(2.738)	(4.395)	-	3.875

	Saldo em 12/31/2020	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	110	-	-	-	3.741	3.851
Imovéis em uso	6.855	1.551	(5.580)	(2.276)	(54)	496
Equipamentos e veículos	3.151	1.294	(723)	(364)	-	3.358
Móveis e utensílios	1.108	408	(330)	(242)	(3.687)	(2.743)
Imobilizado em andamento	-	3.904	(193)	-	-	3.711
Outros	25	-	-	(103)	-	(78)
	11.249	7.157	(6.826)	(2.985)	-	8.595

11.4. Ativos dados em garantia

Determinados equipamentos pesados que foram adquiridos por meio de contratos de financiamento com instituições financeiras, com valor escriturado de aproximadamente R\$ 591 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 591 em 31 de dezembro de 2021) foram alienados em garantia desses empréstimos. A Companhia não pode alienar esses ativos como garantia de quaisquer outros empréstimos ou vendê-los a outra entidade, antes de liquidar esses passivos.

11.5. Provisão para redução ao valor recuperável (teste de impairment)

A Companhia realiza periodicamente o teste de *impairment* nos equipamentos pesados e veículos alocados, objetivando mensurar a recuperabilidade destes ativos. A referida avaliação é feita internamente com qualificação técnica comprovada.

Para realizar as referida avaliação, foi utilizada a abordagem de mercado que esta em linha com métricas e métodos de avaliação amplamente reconhecidos pelo mercado de avaliações de ativos.

Abordagem de mercado

A abordagem de mercado busca encontrar parâmetros de preços negociados no mercado de bens similares ao bem objeto da avaliação. Quando existem dados confiáveis e verificáveis divulgados no mercado, esta abordagem, normalmente, é a mais recomendada para definição do valor de mercado de um ativo. Para estas avaliações foram realizadas pesquisas em sítios eletrônicos de venda de equipamentos usados similares e, quando encontrados dados suficientes para essa análise, optou-se por utilizá-la como metodologia principal. Além das pesquisas no mercado, tendo em vista a existência de histórico de vendas de equipamentos pela Companhia, tais insumos foram utilizados como dados equivalentes aos aplicados na cotação direta no mercado e foram usados na avaliação.

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

12.1. Política contábil

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo custo, incluindo os custos de transação envolvidos na aquisição das propriedades. Após o reconhecimento inicial, a Companhia aplica como política contábil, uniformemente, a mensuração a valor justo das propriedades para investimento. Esta mensuração é obtida através de avaliações feitas por empresas independentes e com reconhecida técnica para apuração destes valores.

12.2. Composição

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Terrenos	71.000	71.000
Total das propriedades para investimento	71.000	71.000

13. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

13.1 Política contábil

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. São reconhecidos ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos arrendados e passivos de arrendamento para demonstrar o fluxo presente de pagamentos dos contratos de arrendamento.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou da vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando houver.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia pode utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia não foi parte, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

13.2. Composição e movimentação

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de 5,04% ao ano, que representa, substancialmente, a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento dos exercícios de 31 de dezembro de 2022:

Controladora e Consolidado

	Arrendamentos	31/12/2021	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	31/12/2022
Direito de uso com arrendamentos										
Imóveis		667	5.852	27	(543)	(3.243)	-	-	-	2.760
Equipamentos e veículos		471	296	3	(256)	(386)	-	-	-	128
		1.138	6.148	30	(799)	(3.629)	-	-	-	2.888
Passivos de arrendamentos										
Imóveis		703	5.852	27	-	(3.101)	79	(79)	(766)	2.715
Equipamentos e veículos		443	296	3	-	(380)	2	(2)	(262)	101
		1.146	6.148	30	-	(3.481)	81	(81)	(1.028)	2.816
Controladora e Consolidado - 2020										
	Arrendamentos	31/12/2020	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	31/12/2021
Direito de uso com arrendamentos										
Imóveis		780	1.007	8	(568)	(561)	-	-	-	666
Equipamentos e veículos		24	917	-	(346)	(123)	-	-	-	472
		804	1.924	8	(914)	684	-	-	-	1.138
Passivos de arrendamentos										
Imóveis		751	1.007	8	-	(510)	1	(1)	(598)	488
Equipamentos e veículos		42	1.071	-	-	(277)	10	(10)	(348)	488
		793	2.078	8	-	(787)	11	(11)	(946)	1.146

13.3. Fluxo de amortização do direito de uso

O fluxo de amortizações dos direitos de uso previstos até o final dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 pode ser assim demonstrado:

Controladora e Consolidado

	Direito de uso	31/12/2022
2023		904
2024		899
2025		454
2026		445
Após 2026		186
		2.888

13.4. Fluxo de pagamento e apropriação de juros do passivo de arrendamento

O fluxo de pagamentos e apropriação de juros sobre os passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 pode ser assim demonstrado:

Controladora e Consolidado

	Passivos de arrendamento	Fluxo de pagamentos		Passivo de arrendamento
		(nominal)	Juros a apropriar	
2023		961	135	826
2024		856	92	764
2025		549	58	491
2026		540	28	512
Após 2026		225	2	223
		3.131	315	2.816

14. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS

Os saldos de fornecedores e subempreiteiros são representados substancialmente por fornecedores de serviços, insumos de construção e equipamentos utilizados nas obras executadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de fornecedores e subempreiteiros era de R\$23.981 (R\$45.915 em 31 de dezembro de 2021), na Controladora e R\$24.043 (R\$45.919, em 31 de dezembro de 2021), no Consolidado.

Operações antecipadas

A Administração da Companhia promove negociações junto aos principais fornecedores para alongar os respectivos prazos de pagamentos de modo a reduzir a diferença entre o prazo médio de recebimento e o prazo médio de pagamento. Para reduzir os impactos da mudança do prazo de pagamento no fluxo de caixa dos seus fornecedores, a Companhia assina contratos junto a instituições financeiras que permitem a antecipação das contas a receber de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2022, a antecipação de fornecedores apresenta o saldo de R\$650 (R\$118 em 31 de dezembro de 2021).

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

15.1. Política contábil

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados ou na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente leva em consideração a apropriação dos juros contratuais pactuados, eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a

Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2022, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

15.2. Composição

Controladora e Consolidado

	Natureza	Modalidade	Moeda	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2022	31/12/2021
				31/12/2022	31/12/2021		
Moeda nacional							
Empréstimos com garantia	Capital de giro (a)		R\$	120,17% do CDI	100% do CDI	-	366
						-	366
Total dos empréstimos e financiamentos						-	366

(a) O saldo de empréstimos em 31 de dezembro de 2021, é referente a captação da modalidade de capital de giro sendo atualizado a 100% do CDI, acrescido de 10,69% a.a.

15.3. Movimentação

Controladora e Consolidado

	Capital de giro	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.411	1.411
Captações	1.727	1.727
Pagamentos de principal	(2.837)	(2.837)
Pagamentos de juros	(62)	(62)
Juros apropriados	127	127
Saldo em 31 de dezembro de 2021	366	366
Pagamentos de principal	(351)	(351)
Pagamentos de juros	(18)	(18)
Juros apropriados	3	3
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-

15.4. Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os vencimentos dos empréstimos no curto prazo ocorrerá no exercício de 2023.

16. PARTES RELACIONADAS

16.1. Composição

Controladora

Natureza	31/12/2022		31/12/2021		
	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)	
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Controladora final</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Partes Relacionadas	63.277	28.002	-	126
<i>Controladas</i>					
Contas a receber (pagar) consórcios (b)	Nota de débito/ Outras	31.647	105.150	65.143	93.854
Outras empresas controladas	Outras	6.837	229	-	22.130
		101.761	133.381	65.143	116.110
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladora final</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Partes Relacionadas	4.079	-	-	-
<i>Outras Partes Relacionadas:</i>					
Outros	Outras	-	-	1.216	-
		4.079	-	1.216	-

Consolidado

Natureza	31/12/2022		31/12/2021		
	Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)	
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Controladora final</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Partes Relacionadas	63.277	28.002	-	126
<i>Controladas</i>					
Contas a receber (pagar) consórcios (b)	Nota de débito/ Outras	31.647	105.150	65.143	93.854
Outras empresas controladas	Outras	6.837	229	-	22.130
		101.761	133.381	65.143	116.110
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladora final</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (a)	Partes Relacionadas	28.546	-	21.589	-
<i>Outras Partes Relacionadas:</i>					
Outros	Outras	3.065	-	3.400	-
AG Europa, Ásia e África (c)		10.981	-	12.028	-
		42.592	-	37.017	-

- (a) A Companhia possui saldos de Partes Relacionadas junto a sua Controladora AGE, o saldo do ativo em sua maioria é composto por transferências de saldos a receber de empreendimentos no exterior, e no passivo por Notas de Débito de empreendimento nacionais.
- (b) O montante de R\$31.647 (ativo) e R\$ 105.150 (passivo) em 31 de dezembro de 2022, são referentes às transações de envios/recebimentos de remessas de aportes e transferência/recebimentos de custos através de notas de débito junto aos Consórcios em que a Companhia detém participação.
- (c) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo no montante de R\$10.981 (R\$12.028 em 31 de dezembro de 2021), no consolidado é pertencente a saldos a receber da AGCOMEX, controlada direta da Companhia, referente às exportações de materiais e equipamentos para obras do Grupo Andrade Gutierrez no exterior, especialmente na África. Sua variação entre os exercícios se justifica pela variação do dólar. A Administração da Companhia espera que o recebimento ocorra no próximo exercício.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IR/CS	1.202	1.191	1.202	1.191
PIS e COFINS	1.012	1.186	1.044	1.186
IRRF	816	485	819	485
Parcelamento ordinário (a)	32.778	1.154	35.804	1.154
Programas de regularização tributária - PRT e PERT	-	6.128	-	6.128
Outros	1.673	4.216	1.689	4.267
	37.481	14.360	40.558	14.411
Circulante	11.973	7.103	12.653	7.154
Não circulante	25.508	7.257	27.905	7.257

- (a) A Companhia efetuou requerimento de parcelamento Ordinário/Simplificado Lei nº10.522/2002, dentro dos limites permissivos na legislação vigente para quitar débitos vencidos. O saldo do parcelamento é atualizado pela SELIC e será quitado em 60 parcelas.

18. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

18.1. Política contábil

Provisões para riscos

A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos. Estas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos quando estes concluem que existe risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para risco são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração acompanha periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e políticas internas, constitui novas provisões (sempre que surgirem novos processos com prognóstico de perda provável ou houver mudança desfavorável na estimativa de perda) ou realiza reversões (sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia). Por se tratar de revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente emitidos.

Podem existir ainda, processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, onde apenas é exigido a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidos quaisquer provisões ou divulgação.

Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração realiza as provisões trabalhistas baseada na opinião de seus advogados e assessores jurídicos e no histórico dos desfechos destas demandas.

Provisões cíveis

A Companhia é parte de processos cíveis referentes a danos morais e materiais requeridos por terceiros e funcionários em função de danos causados por execução de obras e acidentes de trabalho. A Administração realiza estas provisões baseada na opinião dos assessores jurídicos.

18.2. Composição

Controladora e Consolidado

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2021	Adições	Reversão	Provisões em 31/12/2022	Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2022
Trabalhistas	2.825	8.715	(7.090)	4.450	2.481	1.969
Cíveis	1.654	4.334	(3.586)	2.402	-	2.402
TOTAL	4.479	13.049	(10.676)	6.852	2.481	4.371

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2020	Adições	Reversão	Provisões em 31/12/2021	Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2021
Trabalhistas	2.105	6.420	(5.700)	2.825	894	1.931
Cíveis	480	3.096	(1.922)	1.654	-	1.654
TOTAL	2.585	9.516	(7.622)	4.479	894	3.585

18.3. Passivos contingentes

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seu advogados e assessores legais, internos e externos, e conforme determinação do CPC 25, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários ou cíveis, por entender que os riscos de perda não são prováveis, mas possíveis. Os processos cujo risco de perda é possível referem-se, principalmente, a ações civis públicas, em especial por atos de improbidade, ações que versam sobre licitações e seus desenvolvimentos e outras ações judiciais movidas por outras partes que se relacionam, ou relacionaram, com a Companhia na execução de seus projetos de engenharia. Em 31 de dezembro de 2022, os processos cuja probabilidade de perda é considerada como possível totalizam R\$550 (R\$222 em 31 de dezembro de 2021).

Os advogados e assessores jurídicos da Companhia acompanham permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

18.4. Decisão do STF sobre 'coisa julgada' em matéria tributária

No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise pelos respectivos Escritórios Jurídicos dos processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão.

19. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

19.1. Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, a Companhia, sempre que permitido por legislação vigente, utiliza-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em projeções internas da Companhia.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, como por exemplo, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os saldos de variações cambiais de ativos e passivos mantidos com investidas no exterior. Tanto a variação cambial destes saldos como os impostos diferidos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, no grupo de outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente e o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

19.2. Conciliação da alíquota efetiva

Segue abaixo a conciliação das alíquotas efetivas de IR/CS nos exercícios de 2022 (Lucro Real):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(56.907)	(8.467)	(56.907)	(9.137)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro nominais	19.348	2.879	19.348	3.107
(Adições) exclusões permanentes:	(169)	-	(169)	-
Despesas indedutíveis	(659)	(125)	(659)	293
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.422	-	2.422
Outros	-	-	-	19
	(828)	2.297	(828)	2.734
Tributos sobre o lucro efetivos apurados	18.521	5.176	18.521	5.841
Corrente	-	(189)	-	481
Diferido	18.521	5.239	18.521	5.239
	18.521	5.050	18.521	5.720
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	32,55%	59,64%	32,55%	62,61%

19.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil.

A transações que originaram os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, estão detalhadas a seguir:

Controladora e Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	-	(352)
Provisão para riscos e contingências	2.485	1.689
Crédito de prejuízo fiscal	48.515	44.980
Ajuste IFRS 15/CPC 47 (IN 1771/17)	15.884	9.382
Ajuste IFRS 16	(1.975)	(1.511)
	64.909	54.189
Passivo		
Variação cambial pelo regime de caixa (b)	43.820	51.620
	43.820	51.620
Total líquido ativo	21.090	2.569

- (a) O valor constituído referente à provisão para crédito de liquidação duvidosa limitou-se ao valor de créditos baixados no até 31 de dezembro de 2022, que não atenderam aos pré-requisitos de dedutibilidade impostos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/96.
- (b) A Companhia optou por tributar as variações cambiais sobre suas operações em moeda estrangeira pelo regime caixa, ou seja, quando da liquidação financeira destas operações.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é composto por 142.378.613 ações ordinárias nominativas (142.378.613 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2021), com valor nominal de R\$1,00 por cada ação. O capital social da Companhia é composto conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações mil	%	Ações mil	%
Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.	142.374.539	99,99714%	142.374.539	99,99714%
ADPAR - Administração e Participações Ltda	4.074	0,00286%	4.074	0,00286%
	142.378.613	100%	142.378.613	100%

20.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

20.3. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

A compensação de prejuízos ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de Lucros Acumulados e das demais Reservas de Lucro (parágrafo único do art. 189 da lei nº 6.404/76).

21. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS

21.1. Política contábil

Receita dos contratos de construção

A companhia possui duas formas distintas para reconhecimento da sua receita de serviço.

Porcentagem de andamento da obra

O reconhecimento das receitas nos contratos de construção da Companhia ocorre conforme as premissas estabelecidas pelo CPC 47 e baseia-se inicialmente no orçamento estimado para conclusão do projeto, respeitadas as obrigações de desempenho contratualmente identificadas. Este orçamento é elaborado e revisado periodicamente por profissionais de engenharia habilitados para precificar os custos e as receitas do contrato ao longo do tempo.

Quando o orçamento de um contrato de construção é estimado com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. Esta metodologia é comumente conhecida como "POC" (*percentage of conclusion*).

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

No momento em que a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, exceder o valor total faturado contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “contas a receber de clientes”, classificado como “serviços a faturar”, conforme apresentado no *aging list* de contas a receber, na nota explicativa nº 6.

Quando a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, for menor do que o valor total das notas fiscais emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica de “adiantamentos de clientes”, classificado como “serviços a prestar”.

Contratos com remuneração por administração

Referem-se a contratos que possuem taxas de remuneração pré-acordadas, que são aplicadas sobre as medições apresentadas e aprovadas pelos clientes. Nesses tipos de contratos a receita é reconhecida quando a referida medição é aprovada pelo cliente, considerando os gastos incorridos para realizar determinadas etapas dos projetos e quando as obrigações de desempenho acordadas com o cliente são atendidas.

21.2. Composição

A composição da receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício pode ser demonstrada a seguir:

Controladora

	31/12/2022	% da receita	31/12/2021	% da receita
Receita bruta nacional	186.991	100%	158.852	100%
Receita bruta total de serviços	186.991	100%	158.852	100%
Impostos sobre serviços	(10.419)	-5,57%	(6.421)	-4,04%
Receita líquida de serviços	176.572	94,43%	152.431	87,55%

Consolidado

	31/12/2022	% da receita	31/12/2021	% da receita
Receita bruta nacional	186.992	100%	174.102	100%
Receita bruta total de serviços	186.992	100%	174.102	100%
Impostos sobre serviços	(10.420)	-5,57%	(7.082)	-4,07%
Receita líquida de serviços	176.572	94,43%	167.020	95,93%

21.4. Faturamento direto de fornecedores

Em alguns dos contratos executados pela Companhia, os fornecedores prestam serviços e/ou vendem materiais diretamente aos nossos clientes, dentro do escopo dos contratos assinados pela Companhia. Em 2022, o total de receita faturada diretamente aos clientes por estes fornecedores foi de R\$96.349 (R\$123.120 em 2021). As receitas mencionadas (ou custos) e contas a receber (ou a pagar) são reconhecidas diretamente pelas partes envolvidas, clientes e fornecedores, sem qualquer impacto na demonstração do resultado ou balanço patrimonial da Companhia.

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

22.1. Política contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

22.2. Composição

A composição dos custos e despesas por natureza podem ser assim demonstrados:

Controladora

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(34.652)	(1.193)	(26.691)	(826)
Depreciação e amortização	(5.073)	(121)	(3.885)	(6)
Salários e encargos sociais	(64.137)	(16.918)	(79.605)	(330)
Contratação de serviços de terceiros	(60.114)	(10.301)	(71.390)	(316)
Energia elétrica	(166)	(13)	-	-
Impostos, taxas e encargos	(271)	(197)	(1.732)	(20)
Gastos com viagens	(2.333)	(47)	-	-
Outros	(2.575)	(893)	(775)	(239)
Total	(169.321)	(29.683)	(184.078)	(1.737)

Consolidado

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(34.652)	(1.193)	(28.248)	(1.022)
Depreciação e amortização	(5.073)	(122)	(4.071)	(6)
Salários e encargos sociais	(64.137)	(16.917)	(82.102)	(333)
Contratação de serviços de terceiros	(60.114)	(10.335)	(78.472)	(428)
Energia elétrica	(166)	(13)	-	-
Impostos, taxas e encargos	(271)	(204)	(1.733)	(23)
Gastos com viagens	(2.333)	(46)	-	-
Outros	(2.575)	(991)	(554)	(527)
Total	(169.321)	(29.821)	(195.180)	(2.339)

23. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

23.1. Composição

O resultado financeiro líquido é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Juros de aplicações financeiras	330	175	329	2.705
Outras receitas financeiras	49	-	57	-
	379	175	386	2.705
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1)	(3.612)	(18)	(3.631)
Juros de mora e taxas sobre outros passivos financeiros	-	(1.971)	-	(1.971)
Atualização monetária sobre parcelamentos tributários	(8.169)	-	(8.772)	-
Juros dos passivos de arrendamentos	(73)	-	(73)	-
Juros de mora e taxas sobre outros passivos financeiros	(1.029)	-	(1.030)	-
Outras despesas financeiras	(130)	(351)	(131)	(499)
	(9.402)	(5.934)	(10.024)	(6.101)
Variações cambiais, líquidas	(22.942)	24.284	(24.124)	25.535
Resultado financeiro, líquido	(31.965)	18.525	(33.762)	22.139

24. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

24.1. Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

24.2. Resultado básico por ação

Considerando a média ponderada da quantidade de ações em circulação nos exercícios de 2022, o cálculo do resultado por ação é assim apresentado:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultados atribuíveis aos proprietários da Empresa	(38.386)	(3.417)
Média ponderada das ações ordinárias	142.407	40.362
Resultados por ação - R\$	(0,0661)	0,1402

24.3. Resultado diluído por ação

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e resultado básico por ação.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

25.1. Plano de Previdência Privada (AGPREV PGBL)

A AG Construções e Serviços S.A., patrocina, com o propósito de suplementar a aposentadoria de seus funcionários, um plano aberto, contratado com o Itaú-Unibanco Vida e Previdência S.A. que possui como principal característica o fato da patrocinadora não ter a obrigação legal ou constituída de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos, caracterizando-se como um plano de contribuição definida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estes pagamentos totalizaram R\$408 (R\$18 em 31 de dezembro de 2021).

26. GESTÃO DE RISCOS E ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital, que é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo; (b) Risco de mercado, que é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

a) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2022, os índices de endividamento líquido são conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	-	366	-	366
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(23.786)	(8.968)	(23.835)	(9.020)
Dívida (caixa) líquida ("DL")	(23.786)	(8.602)	(23.835)	(8.654)
Patrimônio líquido ("PL")	371.996	410.382	371.996	410.382
DL / PL	-6,39%	-2,10%	-6,41%	-2,11%

b) Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos cambial

O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio, pelo fato de possuir posições ativas com suas partes relacionadas atrelados a moedas estrangeiras. Estes riscos são avaliados e se necessários mitigados pela área de Gestão de Riscos Financeiros, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais da Companhia.

Ativos

Em 31 de dezembro de 2022, as principais composições ativas da Companhia em relação às moedas estrangeiras se referem, substancialmente, a saldos com contas a receber de clientes no exterior em dólar norte-americano. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. A Companhia apresenta análises de sensibilidade às taxas de câmbio nas próximas páginas desta nota explicativa.

Passivos

Em 31 de dezembro de 2022, as principais exposições passivas da Companhia em relação às moedas estrangeiras se referem, substancialmente, a saldos com partes relacionadas no exterior e empréstimo financeiro, captados **em dólar norte-americano**. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos.

A Companhia apresenta análises de sensibilidade às taxas de câmbio nas próximas páginas desta nota explicativa.

Resumo dos saldos patrimoniais da Companhia segregados entre moeda nacional e moeda estrangeira

	31/12/2022		31/12/2021
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Moeda nacional
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.244	-	8.968
Títulos e valores mobiliários	18.542	-	-
Contas a receber de clientes	143.441	329.174	526.062
Créditos com partes relacionadas	105.840	-	66.359
	273.067	329.174	601.389
Passivos			
Fornecedores e subempreiteiros	23.981	-	45.915
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	650	-	118
Empréstimos e Financiamentos	-	-	366
Passivos de arrendamentos	2.816	-	1.146
Débitos com partes relacionadas	133.381	-	116.110
	160.828	-	163.655

	31/12/2022		31/12/2021
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Moeda nacional
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.293	-	9.020
Títulos e valores mobiliários	18.542	-	-
Contas a receber de clientes	126.441	346.174	526.062
Créditos com partes relacionadas	144.353	-	102.160
	294.629	346.174	637.242
Passivos			
Fornecedores e subempreiteiros	24.043	-	45.919
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	650	-	118
Empréstimos e Financiamentos	-	-	366
Passivos de arrendamentos	2.816	-	1.146
Débitos com partes relacionadas	133.381	-	116.110
	160.890	-	163.659

Exposição a riscos de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos, substancialmente, em operações compromissadas, CDB's e time deposits. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem quedas nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos. Nenhum dos equivalentes de caixa ou aplicações financeiras da

Companhia estão expostos a risco de perda no valor original aplicado, por tanto, o risco mencionado refere-se apenas à redução em relação aos montantes dos rendimentos a serem auferidos sobre tais ativos.

Passivos

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos e financiamentos contratados vinculados à CDI, TJLP e taxas pré-fixadas. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos financeiros para a proteção contra a variação das taxas.

Resumo da exposição da Companhia às taxas de juros

Controladora e Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de juros pós-fixada		
<i>Ativos</i>		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.130	-
Operações compromissadas	3.758	7.979
	4.888	7.979
<i>Passivos</i>		
Capital de giro	-	366
	-	366

Análise de sensibilidade da exposição da Companhia às taxas de câmbio e de juros

A Companhia elaborou uma análise de sensibilidade dos efeitos de variação cambial e das taxas de juros indexadas de seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise tais taxas foram estressadas em -50%, -25%, 25% e 50%, em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores e câmbios:

Controladora e Consolidado		Período até 31 de dezembro de 2022						
Operação	Risco	31/12/2022		Período até 31 de dezembro de 2022				
		Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%	
Contas a receber	Variação da cotação USD	5,2177	5,2432	2,6216	3,9324	6,5540	7,8648	

Cenário atual: refere-se ao cenário real no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2022;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 16 de fevereiro de 2023, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro, tais como, Banco Central e CETIP, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até o mês anterior ao da data de aprovação destas demonstrações financeiras;

Cenários I, II, III e IV: conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, em -50%, -25%, 25% e 50% respectivamente.

A sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nas premissas descritas acima, pode ser assim demonstrada:

Análise sensibilidade das taxas de câmbio

Controladora		Período até 31 de dezembro de 2022						
Operação	Risco	31/12/2022		Período até 31 de dezembro de 2022				
		Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%	
Contas a receber	USD	329.174	330.783	165.392	248.087	413.479	496.175	
		329.174	330.783	165.392	248.087	413.479	496.175	
	Efeito de ganho (perda)		(1.609)	165.392	82.696	(82.696)	(165.392)	

Consolidado		31/12/2022		Período até 31 de dezembro de 2022				
Contas a receber		Risco	Cenário Atual	Base	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III +25%	Cenário IV +50%
Contas a receber	Operação	USD	346.174	347.865	173.933	260.899	434.832	521.798
			346.174	347.865	173.933	260.899	434.832	521.798
		Efeito de ganho (perda)		1.692	(173.933)	(86.966)	86.966	173.933

Instrumentos financeiros por categoria

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

Controladora

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor contábil		Valor justo	Valor contábil		Valor justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	356	4.888	356	989	7.979	989
Títulos e valores mobiliários	-	18.542	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	472.615	-	-	526.062	-
Créditos com partes relacionadas	-	105.840	-	-	66.359	-
	356	601.885	356	989	600.400	989
Passivos						
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	366	-
Passivos de arrendamentos	-	2.816	-	-	1.146	-
Fornecedores e subempreiteiros	-	23.981	-	-	45.915	-
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	-	650	-	-	118	-
Débitos com partes relacionadas	-	133.381	-	-	116.110	-
	-	160.828	-	-	163.655	-

Consolidado

	31/12/2022			31/12/2021		
	Valor contábil		Valor justo	Valor contábil		Valor justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Nível 1
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	405	4.888	405	1.041	7.979	1.041
Títulos e valores mobiliários	-	18.542	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	472.615	-	-	526.062	-
Créditos com partes relacionadas	-	144.353	-	-	102.160	-
	405	640.398	405	1.041	636.201	1.041
Passivos						
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	366	-
Passivos de arrendamentos	-	2.816	-	-	1.146	-
Fornecedores e subempreiteiros	-	24.043	-	-	45.919	-
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	-	650	-	-	118	-
Débitos com partes relacionadas	-	133.381	-	-	116.110	-
	-	160.890	-	-	163.659	-

27. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Conforme determinado pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia apresenta a seguir a relação das transações de investimento e financiamento ocorridas nos exercícios de 2022 e 2021 que alteraram posições patrimoniais, porém, não afetaram o caixa.

	31/12/2022	31/12/2021
Aumento de Capital da Companhia em contrapartida a rubrica de Equilíbrio entre Consórcios e Consorciadas	-	72.546
Redução de Capital Social através da venda na Investida Consag CS S.A para Investidora	-	(3.195)
Aumento de Capital da Companhia através da transferência de propriedade para investimento referente á um terreno em Manaus	-	71.000
Redução de Capital Social da Companhia em contrapartida rubrica de Mútuo entre sua controladora Andrade Gutierrez Engenharia S.A	-	(2.273)
Transferência de saldo a receber para Controladora AG Engenharia referente a empreendimentos no exterior	44.054	-
Cisão parcial referente a transferência de acervo tecnico da Controladora AG Engenharia para a Companhia	69	-
Transferências de custo de Folha de Pagamento de funcionários da Companhia com a AG Engenharia	(15.905)	-
	28.218	138.078

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e foi autorizada sua emissão em 31 de março de 2022.

Carlos José de Souza
PRESIDENTE

José Eduardo Kauark Leite
DIRETOR

Leandro Mariano Gonçalves
 CRC MG 105.896/O-1
CONTADOR RESPONSÁVEL